

Orçamento recebe emendas à receita

Termina hoje o prazo para que as comissões técnicas do Senado e da Câmara, os parlamentares e as bancadas estaduais apresentem emendas às previsões de receita do Orçamento para 2009. O projeto prevê receitas primárias líquidas de R\$ 664,5 bilhões. Esse valor exclui os investimentos das estatais, as receitas financeiras e as transferências aos estados e municípios. **2**

Lacerda, Luiz Corrêa e Félix voltam hoje a depor

A Comissão de Controle das Atividades de Inteligência volta a ouvir o ex-diretor-geral da Abin, o diretor do Departamento de Polícia Federal e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Informações colhidas em depoimentos no dia 9 diferem das declarações prestadas por eles na CPI das Escutas, da Câmara. **4**

ESTATUTO DO MOTORISTA EM DEBATE

Grupo de trabalho discute emendas de senadores ao projeto que institui estatuto. Definição da jornada de trabalho preocupa parlamentares. **2**

CRISTOVAM QUER ROYALTIES PARA A EDUCAÇÃO

Senador pede aprovação de projeto que destina à educação impostos a serem cobrados do petróleo da faixa do pré-sal na costa brasileira. **3**

Parlamento do Mercosul apóia governo boliviano

Declaração que defende o respeito às autoridades constituídas na Bolívia, o repúdio a qualquer tentativa de rompimento institucional, o fim da violência no país e a habilitação de um canal de diálogo permanente entre o presidente boliviano Evo Morales e seus opositores foi aprovada ontem à noite pelos parlamentares do bloco em Montevideu. **3**



Marisa Serrano e Sérgio Zambiasi (à frente) participam da reunião do Parlamento do Mercosul em Montevideu: longo debate sobre a crise na Bolívia



Na cidade de Yapacani, em Santa Cruz, manifestantes favoráveis a Evo Morales mostram armas durante mobilização no domingo

Gerardo Magaña

Antonio Cruz/ABR

Parlamentares, bancadas estaduais e comissões podem propor correções na previsão de receitas, incluindo benefícios fiscais previstos em projetos em tramitação no Congresso

Orçamento: termina hoje prazo para emendas à receita

PARLAMENTARES, BANCADAS ESTADUAIS e comissões técnicas do Senado e da Câmara têm até hoje para apresentar emendas às previsões de receita do projeto de lei do Orçamento para 2009 (PL 38/08-CN), caso considerem que o Executivo não tenha relacionado fator capaz de provocar aumento ou diminuição de receita ou queiram propor renúncia de receitas por meio de benefício fiscal.

Para apresentar emendas de renúncia é preciso que o projeto que justifica a apresentação tenha parecer favorável das comissões permanentes na Casa de origem e estimativa de valor elaborada por órgão técnico do Executivo ou do Legislativo.

Gastos

O projeto do Orçamento prevê receitas primárias líquidas de R\$ 664,5 bilhões, um aumento de 25,6% em relação a 2008. Esse valor já exclui a receita do orçamento de investimento das estatais, as receitas financeiras e as transferências aos estados, Distrito Federal e municípios. É o que sobra para custear os gastos com pessoal, Previdência, despesas correntes e os investimentos.

A inclusão de novos gastos no Orçamento, por meio de



Comissão de Orçamento: presidente acredita na aprovação ainda em 2008

emendas de bancadas estaduais e comissões da Câmara e do Senado, vem sendo coberta – em larga medida – por receitas decorrentes das revisões feitas pelo Congresso. Desde a vigência da Resolução nº 1/06, que promoveu mudanças na tramitação orçamentária, a análise da estimativa de Receita e das respectivas emendas passou a ser atribuição exclusiva do relator da Receita, e não mais do relator-geral do Orçamento. Neste ano, o relator de Receita é o deputado Jorge Khoury (DEM-BA).

Votação

O relatório com a indicação da nova projeção das receitas é votado antes da apresentação do relatório preliminar pelo re-

lator-geral – este ano o senador Delcídio Amaral (PT-MS). Uma das peças-chave do processo de tramitação, o relatório preliminar e suas emendas, devem ser votadas até 20 de outubro. Entre outras questões, esse documento define as regras para as emendas às despesas.

Quando às receitas, Khoury poderá propor uma segunda e última reavaliação, em até dez dias após a votação do último dos dez relatórios setoriais que integram a análise do projeto orçamentário.

O presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), tem sustentado que, apesar das dificuldades impostas pelo processo eleitoral, o Orçamento para 2009 deve ser aprovado ainda este ano.

Papaléo elogia artigo de diretor do Senado

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) comentou ontem artigo sobre a proposta de Orçamento do governo para 2009, de autoria do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, publicado no último dia 13 de setembro no jornal *Correio Braziliense*. O artigo, intitulado "Orçamento da União: farol para o desenvolvimento", foi considerado pelo senador como "matéria da mais alta importância".

Depois de ressaltar a condição de Agaciel como economista, o parlamentar lembrou que ele é vice-reitor da Universidade do Legislativo e membro de



Papaléo: técnicos honram o Senado

honra da Academia Rio-Grandense-do-Norte de Letras.

– O dr. Agaciel conseguiu, em 60 linhas, de forma sintética e didática, dissecar a proposta orçamentária do governo. Quero manifestar o nosso orgulho de termos, na Casa, pessoas competentes, técnicos e assessores que realmente nos deixam felizes e que honram o nome do Senado Federal – disse Papaléo.

O senador leu na íntegra o artigo, em que Agaciel Maia chama a atenção para o Siga Brasil, "sistema de consulta premiado internacionalmente", o qual permite aos cidadãos verificar a origem e o destino dos recursos públicos.

Marconi quer mudanças no Incor-DF para garantir recursos

O Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor-DF Fundação Zerbini) poderá ser extinto após a criação de uma instituição com o mesmo fim, porém com a característica de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública por determinação legal. Projeto com essa finalidade foi apresentado por Marconi Perillo (PSDB-GO), para permitir que a instituição receba recursos permanentes do Orçamento da União, sem necessidade de aprovação de emendas com tal objetivo.

Pela proposta (PLS 343/08), o Poder Executivo ficará autorizado a extinguir, em 90 dias, o Incor-DF Fundação Zerbini e a criar o Instituto do Coração do DF, supervisionado pelo Ministério da Saúde e fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O objetivo da nova instituição será prestar "assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população na cardiologia de alta complexidade, além de atuar na área

de ensino e pesquisas cardiológicas, em cooperação com o poder público".

De acordo com o autor do projeto, o Incor-DF, depois de quatro anos de criação, opera com um déficit anual de R\$ 20 milhões. Marconi explica que a crise financeira é oriunda da situação enfrentada pela matriz, em São Paulo. A proposta encontra-se em exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), da qual – se aprovada – será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para ser votada em decisão terminativa.



Projeto de Marconi extingue fundação e cria instituição de utilidade pública

Especialistas aperfeiçoam projeto sobre motorista profissional

A definição da jornada de trabalho de motoristas de ônibus, caminhão e táxi e o estabelecimento das condições legais para que o serviço seja realizado são as principais preocupações dos nove senadores que apresentaram 33 emendas ao projeto que institui o Estatuto do Motorista Profissional. As sugestões, que também incluem regras para a aposentadoria dos profissionais, foram discutidas ontem pelo grupo de trabalho formado por especialistas e representantes

de entidades patronais e dos trabalhadores do setor.

O grupo, constituído no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), busca aperfeiçoar o projeto (PLS 271/08), apresentado em julho pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Os especialistas deverão reunir-se mais duas vezes antes de 13 de outubro, quando a sistematização das sugestões ao texto será discutida em audiência pública promovida pela CDH.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão às 14h é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Leomar Quintanilha • João Pedro

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Félix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Jonos Pereira

Petróleo deve beneficiar as crianças, diz senador

Cristovam quer royalties na educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu ontem, durante pronunciamento em Plenário, que o Senado aprove projeto (PLS 268/08), que apresente em parceria com Tasso Jereissati (PSDB-CE), direcionando à educação os impostos a serem cobrados da extração do petróleo da camada do pré-sal na costa brasileira. Para Cristovam, esse petróleo é de toda a nação e, por isso, argumentou, deve ser alterada a legislação atual, que distribui royalties do produto apenas aos estados e municípios localizados à frente dos poços petrolíferos.

O senador defendeu a aprovação de projeto (PLS 116/08), também de sua autoria, que obriga os estados e os municípios que recebem royalties do petróleo a aplicar todo o dinheiro em educação. Cristovam citou matéria publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo* segundo a qual os municípios do Rio de Janeiro mais beneficiados pelos recursos dos royalties de petróleo nos últimos dez anos não conseguiram melhorar seus níveis educacionais.

– Quando apresentei o projeto, um senador do Rio ponderou que o dinheiro dos royalties está pagando aposentadorias no estado. E quando o petróleo acabar, daqui a dez, 20 ou 30 anos? Como vai ser o pagamento desses aposentados? Que a matéria da *Folha* sirva de alerta. Temos de transformar um recurso esgotável, que é o petróleo, em um recurso inesgotável, que são os benefícios da educação das nossas crianças – declarou Cristovam Buarque.

Parlamento do Mercosul repudia qualquer tentativa de golpe e pede respeito às autoridades constituídas, fim da violência na Bolívia e criação de um canal de diálogo permanente entre o presidente Evo Morales e seus opositores

Parlasul aprova declaração de apoio ao governo boliviano

O PARLAMENTO DO Mercosul aprovou na noite de ontem declaração que defende respeito às autoridades constituídas na Bolívia, repúdio a qualquer tentativa de rompimento institucional, o fim da violência no país e a criação de um canal de diálogo permanente entre o presidente Evo Morales e seus opositores.

Inicialmente foram aprovados os cinco artigos do texto e, em uma segunda votação, foi retirado o quinto, que determinava o “repúdio ao processo de militarização da região por tropas estrangeiras”, incluído por Pablo Iturralde, do Partido Nacional do Uruguai, de

oposição ao governo da Frente Ampla. Ele pretendia demonstrar insatisfação com a presença de aviões e navios russos na Venezuela, para manobras militares previstas para novembro. Em resposta, Roberto Conde, da Frente Ampla, pediu votação em separado do artigo, obtendo sua exclusão.

Os autores justificam a proposta lembrando as tentativas de “desestabilização institucional” na Bolívia e alertam para a necessidade de retorno da paz e da plena vigência das instituições democráticas, “único caminho que permitirá derrotar definitivamente os verdadeiros inimigos desse país e do

conjunto dos Estados da região sul-americana, que são a pobreza e a exclusão social”.

Estradas

O Parlasul também aprovou declaração recomendando a inclusão da expansão da infra-estrutura de transporte no bloco como um dos investimentos prioritários dos países membros e o asfaltamento, pela Argentina, de um trecho de 42 quilômetros da estrada que liga a fronteira com o Brasil à Rota 27 e à cidade de San Pedro. Foi igualmente aprovada uma declaração de “profunda satisfação” pela realização de eleições no Paraguai.

Integração da AL pode ser disciplina obrigatória

A história da integração da América Latina pode tornar-se matéria obrigatória da educação básica em todos os países que integram o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte do Parlamento do Mercosul.

Apresentada pela parlamentar argentina Elida Vigo, a proposta – que ainda será submetida ao Plenário – deverá ser transformada em uma recomendação ao Conselho do Mercado Comum e em anteprojetos de normas a serem submetidos aos congressos nacionais dos países membros. Caberá, então, a cada casa legislativa apreciar a matéria.

– Essa proposta reflete a preocupação com a necessidade de tornar mais conhecido de nossas populações o processo de integração regional – disse a presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

A comissão decidiu ouvir dois ministros brasileiros. Em outubro, o ministro da Cultura, Juca Ferreira, apresentará projetos de integração regional na área cultural. Em 4 de novembro, o ministro do Esporte,

Orlando Silva, falará sobre suas propostas para o setor.

Na próxima reunião, cada país vai apresentar – por sugestão do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) – seus projetos para erradicação do analfabetismo no Mercosul.

Também ontem a Comissão de Infra-Estrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento do Mercosul aprovou a realização, de 9 a 11 de outubro, em Caracas, na Venezuela, do Seminário de Integração Energética da América do Sul. Entre os temas a serem debatidos estarão as formas de substituição dos hidrocarbonetos, a situação atual das reservas mundiais de petróleo, o marco jurídico para viabilizar a “transição energética” e o impacto da produção de energia sobre os preços dos alimentos.

Conforme o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), o objetivo é debater políticas públicas que permitam, com a participação do setor privado, a “integração de fato” no setor energético.

Um projeto de declaração destinado a ratificar a soberania da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich foi aprovado pelas comissões de Relações Internacionais, Inter-Regionais e de Planejamento Estratégico e de Assuntos Jurídicos e Institucionais. Apresentada pela bancada da Argentina, a proposta – que será examinada pelo Plenário – considera as três ilhas integrantes daquele país.



Inácio Arruda (C) propôs declaração em apoio à democracia boliviana, “sistematicamente contestada” pela oposição a Evo Morales

Tamanho das bancadas nacionais deve ser discutido em novembro

O estabelecimento de um critério de representatividade para determinar o tamanho das bancadas nacionais deverá ser o principal tema em debate na sessão de novembro do Parlamento do Mercosul. A previsão foi feita ontem pelo presidente do parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), em encontro da bancada brasileira com o embaixador Regis Arslanian, representante permanente do Brasil no Mercosul e na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

Atualmente, cada bancada nacional é composta por 18 parlamentares, independentemente do tamanho da população do país. A futura composição do parlamento deve ser decidida até o fim do ano, para que haja tempo útil de preparação das eleições dos novos parlamentares – que, no caso brasileiro, ocorrerão em 2010. Cada bancada terá pelo menos 18 parlamentares, mas ainda não se definiu qual será o número máximo por país.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) propôs que a bancada brasileira no Parlamento do Mercosul seja distribuída de forma igualitária entre os diversos estados do país. A proposta recebeu o apoio do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que sugeriu cautela no estabelecimento do



Geraldo Mesquita

Mesquita Júnior: cada estado deve ter o mesmo número de representantes

critério de proporcionalidade para as bancadas nacionais. Em sua opinião, os países maiores do bloco – Brasil e Argentina – não devem optar por um critério que prejudique os sócios menores.

A impressão de que os dois membros maiores algumas vezes se unem para prejudicar os demais tem conquistado espaço na imprensa. Como observou Arslanian, a imprensa uruguaia queixou-se da decisão tomada por Argentina e Brasil de desdolarizar o comércio bilateral, medida que pode reduzir em até 8% os custos pagos pelos empresários.

Segundo o embaixador, no entanto, a decisão de desdolarizar foi tomada em reunião conjunta do Mercosul. Mas o Uruguai e o Paraguai decidiram não acompanhar os sócios maiores em um primeiro momento.

Marisa Serrano critica manobra com russos no Caribe

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) criticou ontem, durante a sessão do Parlamento do Mercosul, a realização, em novembro, de manobra conjunta de navios da Rússia e da Venezuela em águas do Caribe. Ela lembrou a preocupação de diversos parlamentares do continente com o anúncio da recriação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos. E disse estranhar o silêncio em relação à presença na região de navios russos, equipados com ogivas nucleares.

– Se não queremos os americanos, não queremos os russos também. Não desejamos uma nova guerra fria, nem ser palco para uma disputa entre nações em busca de poder – afirmou.

Em resposta, o parlamentar venezuelano Roy Daza disse que a Venezuela já promoveu manobras militares com diversos países, e que o seu governo não tinha a intenção de estimular “nenhuma guerra fria”.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) fez apelo à aprovação de uma “forte declaração” de apoio à democracia boliviana. Na opinião do senador, a consolidação da democracia naquele país vem sendo “sistematicamente contestada” por setores de oposição dentro e fora do país.

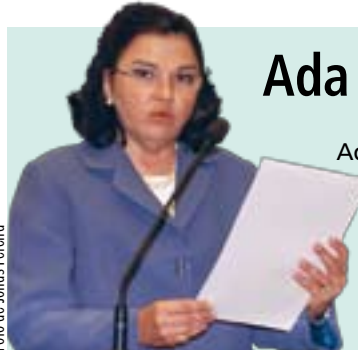


Foto de Jonas Pereira

Ada Mello toma posse na Casa em razão de licença de Fernando Collor

Ada Mello diz que dedicará mandato à defesa dos menos favorecidos

Ada Mello (PTB) assumiu ontem a cadeira de senadora por Alagoas, em razão de licença do senador Fernando Collor (PTB), de quem é a 2ª suplente. Collor afastou-se da Casa para participar da campanha eleitoral dos candidatos petebistas a prefeituras do estado. Seu 1º suplente, Euclides Mello (PRB-AL), que concorre nas

eleições municipais em Marechal Deodoro (AL), também se licenciou.

Assim como Euclides, Ada Mello é prima do senador Fernando Collor. Ligada à Igreja Católica e com experiência em obras de caridade e assistência social em Alagoas, a senadora afirmou, em seu primeiro discurso, que pretende trabalhar pelos menos favorecidos.

– Mediante um trabalho ordenado e de-

vidamente refletido, pretendo pautar, neste Senado Federal, uma atuação em prol das políticas de assistência social e de preservação ambiental, mas sempre enxergadas pela ótica dos ideais maiores da Humanidade: a consolidação da prática democrática; a ação social como instrumento de reparação das injustiças humanas; e a doutrina católica como referência ética e espiritual – disse.

“Mobilização popular ajuda a democracia”

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) afirmou que a mobilização do eleitorado e das lideranças políticas nas eleições de outubro contribuiu para a consolidação da democracia.

Para o senador, a proibição da distribuição de brindes e da realização de *showmícios* pelos candidatos não tem sido capaz de prejudicar a participação popular.

– O que temos visto nos municípios é a população mais amadurecida, revelando uma consciência muito grande da importância que cada um representa nesse processo; revelando que não quer deixar para outro decidir por ela, que quer participar das discussões, dos debates, quer ouvir as propostas dos seus candidatos; que vai analisar essas propostas, vai analisar o perfil de cada candidato e que, seguramente, haverá de fazer uma opção que, no seu entendimento, seja a melhor.

Redivisão

Quintanilha destacou a participação do eleitorado do Tocantins nas eleições e reiterou ser favorável à redivisão territorial do Brasil. Para ele, a criação do seu estado favoreceu o desenvolvimento da região Centro-Oeste.

– O norte de Goiás sentia uma ausência de poder, pela distância, pela dificuldade de comunicação e locomoção. Para Goiás foi bom. O estado cresceu rápido, reorganizou sua estrutura e hoje é uma das economias mais importantes do país. O mesmo ocorreu com o Tocantins, que melhorou o apoio e a condição social das pessoas – disse Quintanilha, que recebeu apoio de João Pedro (PT-AM).



Jonas Pereira

Quintanilha também defende a criação de novos estados

Félix, Lacerda e Corrêa serão ouvidos novamente amanhã

Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, ex-diretor da Abin e diretor do Departamento de Polícia Federal deverão, juntamente com agente aposentado do SNI, falar sobre grampos ilegais

A COMISSÃO MISTA de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) ouvirá novamente amanhã, a partir das 10h, em audiência pública, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix. Na mesma reunião, serão ouvidos o diretor-geral afastado da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Paulo Lacerda e o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa.

Deverá depor ainda o agente aposentado do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) Francisco Ambrósio do Nascimento. Ele foi apontado como um dos responsáveis pelas interceptações telefônicas ilegais que revelaram conversas entre autoridades, como o diálogo entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, e o senador Demostenes Torres (DEM-GO).



Gerardo Magalhães

Heráclito aponta contradições entre depoimentos

Os parlamentares deverão ouvir também diretores dos departamentos de Inteligência Estratégica, de Contra-Inteligência, de Contraterrorismo e de Integração da Abin.

Paulo Lacerda, Jorge Félix e Luiz Fernando Corrêa já foram ouvidos pela comissão em reunião reservada no último dia 9 sobre a mesma suposta realização de grampos telefônicos de conversas de autoridades. O presidente da comissão mista, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), informou em discurso no Plenário,

na última quinta-feira, que decidiu reconvocar os três porque algumas informações colhidas nos depoimentos do dia 9 seriam “completamente diferentes” das declarações prestadas por eles na CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas, da Câmara dos Deputados.

– Diante da gravidade desse fato, não nos resta outro caminho a não ser reconvocar os mesmos cidadãos – disse.

A CCAI é integrada, além de Heráclito, como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), pelos líderes da Maioria e da Minoria no Senado, Valdir Raupp (PMDB-RO) e Mário Couto (PSDB-PA); pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, Marcondes Gadelha (PSB-PB); e pelos líderes da Maioria e da Minoria naquela Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) e Zenaldo Coutinho (PSDB-PA).

Proposta sobre licitações públicas está na pauta da CCJ

Os órgãos e entidades da administração pública poderão contar com um cadastro de pessoas físicas e jurídicas suspensas ou declaradas não idôneas para participar de licitações e contratos. É o que prevê substitutivo do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) a projeto de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) que deverá ser apreciado na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo substitutivo ao PLS 500/07, serão inscritas no cadastro as empresas ou profissionais que, em razão de contratos realizados com o poder público, tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos. Também terão os nomes incluídos na lista os que tiverem praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação, ou que demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

As pessoas ou empresas cujos nomes forem incluídos na lista ficarão temporariamente proibidas de participar de licitações e impedidas de contratar com a administração pelo prazo de até dois anos.

A declaração de inidoneidade para participar de licitações terá validade enquanto houver motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o poder público pelos prejuízos resultantes



Marcos Mariz



Jonas Pereira

Comissão vota substitutivo de ACM Júnior (ao alto) a projeto de Garibaldi Alves sobre criação de cadastro de pessoas e empresas impedidas de participar de licitações

incluído no cadastro o acesso às informações concernentes a seus dados, bem como o fornecimento de certidão relativa ao fato que ensejou sua inserção na lista.

A matéria foi incluída extrapauta na última reunião da Comissão de Constituição e Justiça, ocorrida em 10 de setembro, mas um pedido de vista coletivo adiou a sua votação. Ao solicitar o adiamento, os senadores Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante, ambos do PT de São Paulo, lembraram que está na pauta de votações do Plenário iniciativa semelhante, só que com o objetivo de criar um cadastro de empresas habilitadas a licitar com a administração pública.

e depois de aplicação da punição prevista.

Avanço

Em seu voto, Antonio Carlos Júnior afirma que a matéria representa um grande avanço no sentido de aperfeiçoar o regimento de licitações e contratos administrativos, pois permite o controle integrado, pelos entes da Federação, do histórico de pessoas físicas e jurídicas temporariamente impedidas de contratar com a administração pública em qualquer licitação pública.

– Inviabilizando a contratação de pessoas inidôneas, estamos contribuindo para o aumento da eficiência, economicidade e moralidade da administração pública – afirmou o autor do substitutivo.

O texto permite ainda ao

João Pedro elogia atuação do governo

João Pedro (PT-AM) destacou o resultado da pesquisa DataFolha que apontou 64% de aprovação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na avaliação do senador, a grande obra realizada até agora pelo atual governo foi a retirada de 20 milhões de pessoas da miséria.

O parlamentar lembrou que Lula é oriundo do meio operário e que perdeu três eleições para presidente, antes de conseguir ser eleito, em 2002. Recordou também que sua administração começou em meio a incertezas ocasionadas pela disparada do dólar e pelo aumento da inflação.

João Pedro elogiou as políticas públicas do governo, como o microcrédito, a reforma agrária e a recuperação da indústria naval. Também enfatizou a competência do presidente para montar sua equipe. Ele ainda destacou a postura de Lula como chefe de Estado, citando como exemplo sua atuação na crise por que passa a Bolívia.

Jornal

O representante amazonense também parabenizou a Mesa da Casa e toda a equipe do **Jornal do Senado** pela decisão de utilizar papel reciclado em sua edição semanal. Para João Pedro, o jornal “ficou mais bonito” com esse tipo de papel. O senador disse esperar que a edição diária do **Jornal do Senado** também seja impressa em papel reciclado.

– Toda vez que vejo um jornal com papel reciclado, aumenta a minha convicção de que devemos tratar melhor o planeta Terra – disse.



Jonas Pereira

João Pedro: “20 milhões já foram retirados da miséria”